



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

LEI Nº 3216 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

“APROVA O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 2018 A 2021. ”

O PREFEITO DE NAVEGANTES em exercício, no uso de suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica instituído o Plano Plurianual do Município de Navegantes para o período compreendido entre os exercícios de 2018 a 2021 (PPA 2018-2021), em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º - O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas das políticas públicas municipais.

Art. 3º - O PPA 2018-2021 é um instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de organizar e viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e a ação governamental para além de um ano fiscal, possibilitando a execução de um projeto de desenvolvimento de médio e longo prazo e orientando a definição das prioridades para a elaboração dos orçamentos anuais.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 4º - O PPA 2018-2021 do município de Navegantes, compreendendo os órgãos da administração direta e indireta, está ordenado na atuação do governo municipal sob a forma de programas, agregando-os, por ações (projetos e atividades), objetivando assim, o melhor resultado da administração pública municipal, com maior transparência na aplicação dos recursos públicos e na integração e compatibilização dos instrumentos básicos de planejamento, orçamento e gestão.

Art. 5º - Os programas constantes do PPA 2018 a 2021 estarão expressos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs).

§ 1º - As ações orçamentárias serão discriminadas nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º - Compreender-se-á como saúde, para fins de aplicação dos recursos previstos nesta Lei, as ações de promoção, prevenção e proteção e recuperação da saúde, incluindo as despesas com profissionais da área da saúde, servidores, equipamentos e materiais ligados diretamente à atividade fim;

§ 3º - Compreender-se-á como assistência social, para fins de aplicação dos recursos previstos nesta Lei, o conjunto de ações e instrumentos, por meio dos quais se pretende reduzir as desigualdades sociais, especialmente:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, dependentes e usuários de drogas, e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a promoção e execução de políticas de igualdade racial; e



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

VI - a defesa dos direitos da mulher.

§ 4º - Compreender-se-á como educação, para fins de aplicação dos recursos previstos nesta Lei, as ações destinadas ao aprimoramento do processo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais dos cidadãos a fim de melhorar a integração social.

§ 5º - Compreender-se-á como cultura, para fins de aplicação dos recursos previstos nesta Lei, as ações destinadas à promoção da Política Nacional de Cultura, de interesse do município ou da sociedade.

§ 6º - Compreender-se-á como esporte, para fins de aplicação dos recursos previstos nesta Lei, o conjunto de atividades, que tenham por objetivo o envolvimento de habilidades e capacidades motoras, ligadas à prática esportiva, vinculadas direta ou indiretamente a regras instituídas por federações ou confederações esportivas.

Art. 6º - O valor global dos programas e das ações não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, se necessário, ajustar o presente Plano Plurianual para a compatibilização das Leis de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais dos respectivos exercícios.

Art. 8º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, se necessário, corrigir os valores constantes dos anexos de Receita e Despesa do respectivo Plano Plurianual, para comporem as Leis de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Fiscais dos respectivos exercícios.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Art. 9º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal introduzir e/ou excluir novas ações - Projetos ou Atividades nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, a fim de atender as demandas compatibilizando-as aos programas já definidos no PPA 2018-2021.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Prefeitura de Navegantes-SC, 11 de setembro de 2017.

Donizete José da Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Karlile Cugnier
Secretária de Administração e Logística